

Relatório da Audiência n.º [40-COFMA-XIII](#)

Dia: 15 de novembro de 2017

ENTIDADE: CSP – Confederação de Serviços de Portugal (Jorge Jordão e Martim Borges de Freitas)

ASSUNTO: *Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.^a*

Recebido pelos Senhores Deputados:

- Paulo Trigo Pereira (PS), Vice-Presidente da Comissão;
- Cristóvão Crespo (PSD);
- Margarida Marques (PS);
- Paulino Ascensão (BE);
- Pedro Mota Soares (CDS-PP);

Síntese dos Temas Abordados:

O Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS), deu as boas vindas ao Presidente da CSP, Dr. Jorge Jordão, dando também nota do modo de condução dos trabalhos.

Na sua intervenção inicial, o Presidente da CSP começou por apresentar o perfil do sector terciário com referência à estratégia e visão da Confederação para o mesmo, salientando ainda que se distingue da visão e estratégia da CCP porque inclui na agenda temas específicos e transversais ao setor dos serviços relacionados com os desafios da economia digital. Dissertou sobre a revolução digital e o seu impacto em todos os setores da economia justificando assim a necessidade das empresas

portuguesas se prepararem para responder eficazmente a este fenómeno da disrupção digital.

Consideram que os serviços e o comércio não estão adequadamente representados no Conselho Económico e Social (CES) porque as empresas deste setor não se revêm no perfil e nem na estratégia da CCP. Na opinião do orador, a CCP não tem vocação para apoiar as empresas de serviços a responder aos desafios da economia digital. Mencionou ainda a opinião expressa pelo Presidente do CES de que a CSP deveria integrar a Comissão Permanente deste órgão constitucional reconhecendo a sua representatividade junto do setor dos serviços e o seu peso na economia.

Prosseguiu tecendo algumas considerações sobre o OE 2018 que, considera a Confederação, não é amigo do investimento porque aumenta a carga tributária. Apresentou a sua análise *benchmarking* sobre fiscalidade na Europa comparando a taxa (agregada) de IRC no país (31,5%) com a média da UE (23,9%) e com a média dos países do antigo bloco de leste como a República Checa, a Eslováquia ou a Polónia (19%). A questão central é, no seu entendimento, saber como atrair mais investimento estrangeiro (IDE). Mencionou também o problema adicional dos custos de contexto, nomeadamente na criação de novos projetos empresariais.

Em sede de debate o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) considerou muito relevantes os contributos transmitidos pelo representante da CSP, acompanhando a sua leitura sobre a excessiva carga fiscal sobre as empresas portuguesas. Comungam da opinião de que a instabilidade fiscal existe e é prejudicial ao investimento. Considerou também negativo o abandono da reforma do IRC, que tinha sido iniciado pelo anterior governo, bem como a recente criação de novas formas de tributação que penalizam a competitividade das empresas e da economia portuguesa. Entende que o motivo desta evolução radica na necessidade de arrecadar receita para cobrir uma despesa que é, a seu ver, cada vez mais rígida. Solicitou que a CSP especificasse melhor de que modo este OE penaliza o investimento. Concluiu informando que sobre a candidatura da CSP ao CES não se pronunciará.

De seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Margarida Marques (PS) que agradeceu a participação do CSP sublinhando que sempre valorizou o envolvimento dos parceiros sociais na definição de políticas públicas. Prosseguiu tecendo alguns comentários à exposição da CSP afirmando que: a) este OE (2018) não agrava a

situação de carga fiscal pré- existente; b) o objetivo é a estabilização fiscal; c) este OE é amigo do investimento.

Contestou a tese da CSP salientando que o passado recente tem confirmado o crescimento do IDE. Relativamente aos custos de contexto que afetam as empresas, aludiu à audição da Senhora Ministra da Modernização Administrativa sobre os resultados e impacto do Simplex. Sobre a equidade fiscal no seio da UE, assinalou o esforço de harmonização fiscal para evitar concorrência fiscal no mercado interno, que considera nefasta.

Também usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira na qualidade de Deputado do Grupo Parlamentar do PS, tendo sido para o efeito, substituído temporariamente na Presidência da Mesa pelo Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD). Alertou para os diferentes termos de comparação das taxas de IRC que, a seu ver, exigem uma análise mais fina. Notou que, na comparação destas taxas, há que incluir os benefícios fiscais, ou seja, devem comparar-se impostos em função da base tributária. Admite que a taxa de IRC é relativamente elevada mas que isso resulta também da circunstância do país ter a 3.^a dívida pública mais elevada da UE. Assim sendo, o país tem de tomar as medidas necessárias para garantir saldos primários positivos.

Na sua intervenção, o Senhor Deputado Paulino Ascensão (BE) contestou a posição de que a carga fiscal elevada é desincentivadora do investimento porque, no seu entendimento, a realidade confirma o inverso. Acompanha o anterior orador na necessidade de rigor nas comparações, nomeadamente distinguindo a taxa efetiva da taxa nominal. Subscreeveu a opinião geral sobre o efeito nefasto da concorrência fiscal no mercado interno. Terminou a intervenção aludindo ao grave problema da dívida, cuja resolução passa, a seu ver, pela renegociação.

No uso da palavra, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) frisou a importância da digitalização da economia sublinhando que, as opções de curto prazo têm consequências de longo prazo. Acompanha a opinião da CSP relativamente à ausência de uma política amiga do investimento e da economia que estimule e sustente a geração de emprego. Notou que foi feita, pelo anterior Governo, uma reforma fiscal importante no sentido de reduzir a carga fiscal, realçando ainda que a descida do IRC foi referida internacionalmente como muito positiva. Aproveitou para

realçar o papel e importância dos parceiros sociais. Defendeu a descida do IRC expressando a sua discordância com a descida da Derrama estadual proposta pelo BE. Na sua perspetiva, e citando o relatório da UTAO, a carga fiscal aumentou em 2017 face a 2016, até porque aumentaram os impostos indiretos como o ISP ou o imposto sobre bebidas adicionadas de açúcar (criado este ano). Sobre este último questiona o representante da CSP sobre o seu impacto logístico.

Na sua intervenção final, de resposta aos Deputados, o Presidente da CSP comunicou a intenção da Confederação monitorizar a evolução da carga fiscal em Portugal. Aproveitou para lamentar o silêncio, nomeadamente da comunicação social, relativamente à Cimeira Social para o Emprego Justo e o Crescimento, que se realiza em Gotemburgo, sublinhando o impacto da revolução digital para o mundo do trabalho e nos direitos sociais.

Informou também que pretendem analisar os vários domínios da competitividade na economia, exemplificando com os países escandinavos onde a economia digital se encontra particularmente desenvolvida. Entende que a ação e os esforços nesse domínio têm de ser concertados.

Discordou da análise da Deputada Margarida Marques relativamente à carga fiscal citando o relatório da UTAO. Reiterou a sua posição relativamente à harmonização fiscal que considerou também fundamental.

Considerou pertinente o problema dívida pública, mas defendeu que deve ser evitada a alusão à reestruturação, dado o impacto negativo nos mercados. Sugere, em alternativa, uma política concertada tendente à redução da dívida, de forma programada. Deixou o apelo para no sentido de se definirem e implementarem medidas que induzam o investimento para acelerar o crescimento económico, até porque não é previsível que se mantenham baixas as taxas de juro.

Frisou a importância de se avançar no caminho da concertação visando a redução progressiva do IRC que consideram fundamental para a previsibilidade fiscal. Defendem assim a existência de um acordo entre os vários partidos de modo a assegurar um compromisso alargado e de longo prazo.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu as informações e esclarecimentos apresentados pelo representante da CSP, informando que seria elaborado um relatório



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

da audiência, a distribuir para conhecimento de todos os membros da Comissão e concluiu dando por encerrada a sessão.

A informação mais detalhada sobre a audiência, nomeadamente a gravação, pode ser consultada na [página internet da Comissão](#), pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 15 de novembro de 2017

O Vice-Presidente da Comissão

Paulo Trigo Pereira